



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

7

RESOLUÇÃO N.º 13.438

Processo n.º: 201705456-00

Assunto: Consulta

Procedência: Município de Belém

Órgão: Secretaria Municipal de Administração

Responsável: Alice Cristina de Souza Coelho

Instrução: 3ª Controladoria

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: CONSULTA. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE BELÉM. OBRIGATORIEDADE DE CADASTRO NO MURAL DE LICITAÇÕES, DE INSTRUMENTO CONTRATUAL CUSTO ZERO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do disposto no **art. 1º, inciso IX, da LC n.º 109/2016**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, às **fls. 04-06**, que passam a integrar esta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **24 de agosto de 2017**.


Conselheiro **Daniel Lavareda**
Presidente


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves; Daniel Lavareda; Mara Lúcia; Cezar Colares; Antônio José Guimarães; Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e Procuradora Maria Regina Cunha.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

4

RESOLUÇÃO N.º 13.438

Processo n.º: 201705456-00

Assunto: Consulta

Procedência: Município de Belém

Órgão: Secretaria Municipal de Administração

Responsável: Alice Cristina de Souza Coelho

Instrução: 3ª Controladoria

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

RELATÓRIO

A Secretária Municipal de Administração de Belém protocolizou consulta perante esta Corte de Contas, através do Ofício n.º 171/2017-GAB (fl. 01), formulando, pontualmente, o seguinte questionamento:

"Com os cumprimentos de estilo, venho por meio deste Consultar esta Egrégia Corte de Contas quanto a obrigatoriedade de cadastro no Mural de Licitações, de instrumento contratual custo zero, isto é, contrato que não irá gerar despesa para os cofres municipais, considerando que a Resolução n. 11.535/2017 é silente quanto ao assunto."

Os autos foram a 3ª Controladoria para manifestação, a qual exarou a Informação nº 155/2017-3ª Controladoria/TCM, que conclui:

"1. O Portal do jurisdicionado foi criado por meio da Resolução nº 11535/TCM-PA, previsto como meio obrigatório de apresentação ao TCM/PA em tempo real por meio eletrônico, das licitações e contratos conforme exigência do art. 113 do RITCM/PA.

2. Em que pese a Resolução 11535/14 tenha ficado silente acerca da obrigatoriedade de cadastro no mural de licitações quando se tratar de instrumentos contratuais que não gerem despesas para os cofres municipais. Esta controladoria entende que todas as contratações oriundas de licitações, dispensas e inexigibilidades devem obrigatoriamente ser lançadas no mural de licitações e contratos, ressalvadas as dispensas previstas nos arts. 24, I e II da Lei 8666/93,"

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

5

RESOLUÇÃO N.º 13.438

É o relatório.

VOTO

A criação do Portal dos Jurisdicionados, que abrange o Mural de Licitações, pela Resolução nº 11.535/2014 - TCM-PA, decorre da função fiscalizatória do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará consignada no art. 1º inciso IX, da Lei Complementar Estadual n.º 109/2016¹, que dispõe nos seguintes termos (grifei):

***Art. 1º** Ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, órgão de controle externo da gestão de recursos públicos municipais, compete, nos termos da Constituição do Estado e na forma desta Lei Complementar:*

(...)

***IX** - Fiscalizar **contrato**, convênio, ajuste ou instrumento congêneres que envolva concessão, cessão, doação ou permissão de qualquer natureza, **a título oneroso ou gratuito de responsabilidade do Município**;*

Por meio da criação do Portal, a Corte de Contas também objetivou regulamentar e garantir a observância, por seus Jurisdicionados, das determinações estabelecidas na Lei de Acesso à Informação, Lei n.º 12.527/2011, a qual prescreve que os Municípios devem garantir o acesso à informação concernente a processos licitatórios e todos os contratos celebrados:

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

*§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o **caput**, deverão constar, no mínimo:*

(...)

***IV** - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;*

¹ À época de sua criação, embasou-se na Lei Complementar Estadual n.º 084/2012, art. 1º, inciso IX.

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

6

RESOLUÇÃO N.º 13.438

Observa-se que a Lei Orgânica do Tribunal especifica que a fiscalização incide em contrato ou convênio e demais atos, sejam eles celebrados **a título oneroso ou gratuito**. Por seu turno, a LAI – Lei de Acesso à Informação determina que as informações disponibilizadas pela Administração Pública sejam concernentes a todos os contratos celebrados, não diferenciando se realizados a título gratuito ou oneroso.

Em razão do exposto, a Resolução nº 11.535/2014 – TCM-PA, ao prever que procedimentos de licitações, dispensas e inexigibilidades, bem como dos contratos e termos aditivos decorrentes, devem ser apresentados a esta Corte de Contas através do referido Portal, também não faz a distinção quanto à sua natureza, se gratuita ou onerosa.

Diante do exposto, exerço o juízo de mérito e decido responder a consulta formulada pela Secretária Municipal de Administração de Belém, no sentido de considerar obrigatório o cadastro no Mural de Licitações de instrumento contratual celebrado a título gratuito.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **24 de agosto de 2017**.

Mara Lúcia B. da Cruz
Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora